



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL**

MARIA DO CARMO FERREIRA DE SOUZA

TEÓFILO OTONI, MG, Brasil

2010

**“A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL”.**

por

MARIA DO CARMO FERREIRA DE SOUZA

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

**TEÓFILO OTONI, MG, Brasil
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

**“A PERSPECTIVA DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL”.**

elaborado por
MARIA DO CARMO FERREIRA DE SOUZA

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

(Presidente/Orientador Prof^a MS. Claudia Rodrigues Flores)

Tatiane Negrini

Melania de Melo Casarin

**TEÓFILO OTONI, MG, Brasil
2010**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, sob o qual eu não teria condições de fazê-lo, e a minha família.

AGRADECIMENTOS

À Deus por guiar-me e orientar-me nesta caminhada;

À minha família, especialmente à minha mãe Maria das Dores Ferreira de Souza, pela força, carinho, compreensão e amor incondicional;

E a todos os professores que me acompanharam até aqui;

Em especial à Claudia Flores.

Pois foram muitas as batalhas...

Árduas as nossas lutas...

Mas nunca nos faltou a coragem que dá sentido à caminhada...

Foi como que avistar o oceano em meio à tempestade e contemplar, grato que é, a sua calma, na noite de lua cheia, num verão exuberante!

Não tenho palavras para expressar minha gratidão...

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

AUTOR: MARIA DO CARMO FERREIRA DE SOUZA
ORIENTADOR: CLAUDIA FLORES
Data e local da defesa: TEÓFILO OTONI/MG

Para muitos, aulas de Educação Física são fonte de prazer e alegria, sempre bem esperadas dentro do ambiente escolar. A partir dessa característica, a Educação Física pode contribuir com o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular. Seus conteúdos e objetivos próprios contribuem para uma perspectiva de melhor desenvolvimento da criança nos aspectos motor, cognitivo, afetivo e social. A inclusão é o modo ideal de garantir igualdade de oportunidades e permitir que crianças portadoras de deficiência possam relacionar-se com outras crianças e estabelecer trocas para poderem crescer. Este estudo teve o propósito de propor a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais nas aulas de educação física nos anos iniciais do ensino fundamental, tendo como referência Vários autores e a Teoria das Inteligências Múltiplas. A Educação Física contribui para o desenvolvimento, além de auxiliar na compreensão de conteúdos relacionados a várias das *múltiplas inteligências*. Por ser uma disciplina onde a ludicidade, a liberdade e a individualidade se expressam, torna-se ambiente ideal para aprendizagem tanto das crianças *normais*, quanto das *com necessidades educativas especiais* e propicia o relacionamento entre elas. Ao proporcionar o desenvolvimento integral, de aspectos motores, afetivos, cognitivos e sociais, a Educação Física capacita a *criança especial* a se incluir na sala regular e a fazer parte do sistema educacional comum. Realizada dentro de uma perspectiva da inclusão por meio da Educação Física baseando também nas Inteligências Múltiplas e de acordo com as idéias dos autores citados, venha a tornar-se disciplina indispensável na escola inclusiva.

ABSTRACT

Article Specialist

Specialization Course in Special Education - Cognitive Deficits and Deaf
Education

Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brazil

AUTHOR: MARIA DO CARMO FERREIRA DE SOUZA

COACH: CLAUDIA FLORES

Date and place of defense: TEÓFILO OTONI / MG

For many physical education classes are a source of pleasure and joy, and always expected within the school environment. From this characteristic, Physical Education can contribute to the process of including children with special needs in regular schools. Their own content and objectives contribute to a better perspective on aspects of child development motor, cognitive, affective and social. Inclusion is the ideal way to ensure equal opportunities and enable disabled children can relate to other children and establish trade to grow. This study aimed to propose the inclusion of children with special needs in physical education classes in the early years of elementary education, with reference to several authors and the Theory of Multiple Intelligences. Physical Education contributes to the development, and help in the understanding of content related to several of the multiple intelligences. Because it is a discipline where the playfulness, freedom and individuality are expressed, it becomes an ideal environment for both learning of normal children, as the special educational needs and provides the relationship between them. By offering the full development of aspects of motor, affective, cognitive and social, physical education enables the child to be included in the special room and regular part of the common educational system. Performed within a perspective of inclusion through the Physical Education building on Multiple Intelligences and also in accordance with the ideas of these authors will become essential in an inclusive school discipline.

SUMÁRIO

1-APRESENTAÇÃO	09
2-OBJETIVOS	10
2.1-Geral.....	10
2.2- Específico.....	10
3-METODOLOGIA	10
4-REFERENCIAL TEÓRICO	11
4.1– A INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DA EDUCAÇÃO FÍSICA E OS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.....	11
4.2 – O Ambiente Escolar e a Inclusão Social.....	11
4.3 – Proposta Pedagógica Escolar e a Educação Física	13
5– A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA	14
5.1 – A Educação Física e inclusão Escolar	15
5.2. A Educação Física e a diversidade.....	16
6 - A AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM DENTRO DO CONTEXTO DA INCLUSÃO	18
6.1- A Avaliação Formativa e a Inclusão	19
6.2- O Professor e a Prática Avaliativa	20
6.2.1-Concepções de Educação e a Prática Avaliativa na Inclusão Social	22
6.2.2- Concepções de Conhecimento e a Prática Avaliativa	23
6.3 -A Teoria das Inteligências Múltiplas	24
7-CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
8-REFERENCIAS	29
9-GLOSSÁRIO	31

1- APRESENTAÇÃO

Ao apresentar este apontamento, é preciso dizer que dentro das finalidades do Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, os conhecimentos atualizados academicamente são enriquecidos quando confrontados de maneira crítica e participativa com os conhecimentos adquiridos pela experiência prática daqueles que já atuam na área da Educação Física Escolar. CRUZ (1997).

Todos estes estudos nos mostram que a inclusão é possível e que aumenta as possibilidades dos indivíduos identificados com necessidades especiais de estabelecer significativos laços de amizade, de desenvolverem-se fisicamente, cognitivamente e de serem membros ativos na construção de conhecimentos. CRUZ (1997).

A educação inclusiva brasileira emerge em atendimento a uma demanda humana e social. Torná-la uma realidade é um desafio para os educadores, uma vez que os caminhos para a escola inclusiva, permite construir uma sociedade democrática, que deve ser trilhados por todos. Assim, o trabalho visa analisar o que seria uma experiência inclusiva nas aulas de educação física.

Atualmente, a era da informática e a inclusão digital, proporcionou enormemente a difusão e a inclusão de crianças com necessidades especiais em outros seguimentos. Assim, o assunto proposto é de grande relevância e tem sido abordado com frequência pelos teóricos contemporâneos como CRUZ(1997), GLAT(1995), e LINHARES (1994) que sugere que haja nas aulas de educação física uma integração combinada (aulas Paralelas), que irão funcionar junto as aulas principais, sendo que dependendo do grau de deficiência dos alunos eles irão se integrando as aulas principais. Assim sendo numa mesma aula os objetivos e os conteúdos serão diferentes para grupos diferentes, é claro que na educação física os alunos com necessidades especiais não irão fazer todas as atividades efetivamente, porém como foi observado por (Cruz,1997) os alunos segregados não tendem a apresentar nenhuma melhora.

“ ...se aproximar desse indivíduo, e entende-lo com suas especificidades e suas dificuldades individuais - incluindo sua deficiência. E aí sim junto com ele, criar um programa individual de integração que atenda às suas necessidades, possibilidades e desejos. Não podemos carregá-lo no colo, podemos apenas ajudá-lo a percorrer o seu caminho, que no final das contas, será solitário e individual, como o de todos nós.” (GLAT,1995,p.44)

Os estudos ora apresentados objetiva analisar as experiências interpessoais nas aulas de educação física e suas perspectivas para a construção da inclusão, discutir a inclusão no contexto do planejamento e das estratégias didáticas adotadas pelos professores de Educação Física, verificar se nas aulas de educação física existem condições necessárias para o processo de inclusão na escola.

2 OBJETIVOS

2.1 –OBJETIVO GERAL

Tencionar a inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir das suas vivências na área, propiciando às escolas da rede pública estadual e municipal a adoção da Educação Inclusiva com ênfase às pessoas com necessidades especiais buscando dar oportunidades iguais a todos, tornando-os cidadãos participativos, integradores e transformadores nas aulas de Educação Física.

2.2-OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Buscar embasamento teórico sobre uma Educação Inclusiva de qualidade.

Explicitar estratégias para diminuir, a exclusão e ampliando as possibilidades de inserção de pessoas com necessidades especiais nas aulas de Educação Física.

3 - METODOLOGIA

Para a concretização deste trabalho foi utilizado a pesquisa bibliográfica, que consiste na consulta a referências teóricas já publicadas que dizem respeito ao objeto do estudo. Do ponto de vista dos procedimentos técnicos (GIL, 1991), pode ser pesquisa Bibliográfica quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet”

4- REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 - A Inclusão Social por meio da Educação Física e os alunos com Necessidades Especiais.

Há estudos em educação física como também na área de educação especial que comprova que os alunos com necessidades especiais separados de alunos “normais”, apresentam um resultado inferior, do que se ele estivesse incluído. Cruz (1.997) em sua tese “Classe especial e regular no contexto da Educação Física: Segregar ou Integrar?” exemplifica com a aplicação de ginástica, jogos, voleibol, basquetebol, futsal, handebol e outras atividades em uma turma de RM¹, mostra uma diferença significativa em que os alunos incluídos apresentam um resultado superior do que se eles estivessem segregados ou os outros ditos normais isolados.

“... em aulas realizadas em conjunto com alunos de classes regulares, ditos normais, os alunos com deficiência mental tiveram um desempenho consideravelmente acima de seus próprios tempos, nas mesmas atividades, porém, em espaços restritos a seus pares de iguais, vulgo, classes especiais. “Cruz (1997,p. 61)

Observa-se com a aplicação de atividades integrativas que esses alunos obtiveram um melhor desempenho, como foi dito anteriormente, um dos papéis prioritários da educação física é a sociabilidade segundo De Marco, por Helder Guerra “ O discurso globalizante da educação foi confirmado nesta questão ao apontarem a formação global do educando e a socialização como propósitos específicos da educação física.” (DE MARCO, 1.995, p. 84). Dentre outros, também um dos principais objetivos da educação física é a formação global do educando, que se dá também através do exercício da cidadania.

4.2 – O ambiente escolar e a Inclusão Social

Segundo Medina (1991) o ambiente social intervém no desenvolvimento do aluno, com isso fica nítido a responsabilidade da Educação e principalmente da Educação Física, que

¹ RM - designação atribuída pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro às turmas compostas por alunos com Deficiência Mental.

é levar o aluno a participação efetiva na vida social, ressaltando a igualdade de direitos e desprezando qualquer tipo de discriminação. O autor ainda afirma que o profissional de Educação Física deve “ Estar sempre atento ao seu papel de agente renovador e transformador da comunidade de onde ele, via regra, se apresenta como um líder natural. As pessoas e os grupos sociais – dependendo da classe a que pertençam – apresentam características especiais de comportamento, interesses e aspirações que os determinam ou condicionam.” (p. 63)

A Educação Física como outras disciplinas tem muitas das vezes se fragmentado dentro do currículo escolar, apresentando diferentes tarefas, para grupos diversos, claro que, como foi citado por Medina (1991), deve-se atentar para que cada classe social apresente um comportamento, um tipo de interesse e aspiração diferente, porém para que haja formação de um cidadão, é importante notar as necessidades do grupo social a que pertencem.

No caso dos jogos, a primeira interdição do professor é ver se o aluno tem ou não habilidade para jogar, e com isso fica explícito que os alunos com dificuldades motoras não participam dos jogos, por não terem oportunidades muitas das vezes de experimentarem, ou por ouvirem comentários que “não possuem controle motor”, por serem pessoas com necessidades especiais em função do seu aspecto anátomo – fisiológico. (JIMENEZ 1998)

O jogo apresenta como uma das suas principais funções a estruturação das relações humanas, todos temos a necessidade do lúdico, já como foi dito por Chateau (1.987) o homem só é completo quando brinca, partindo daí, damos uma importância aos jogos a serem trabalhados numa perspectiva educacional, ou seja, levar os alunos através de uma relação social terem: respeito às regras, prazer, limites espaço-temporais, liberdade, ordenação, cooperação entre outros. Para JIMENEZ (1.998) os jogos trazem algumas atitudes para as crianças com necessidades especiais como:

- Participação em diferentes tipos de jogos considerando seu valor funcional ou recreativo superando os estereótipos;
- Sensibilidade ante aos diferentes níveis de destreza, tanto próprias como nos outros, na prática dos jogos;
- Valorização das possibilidades como equipe e da participação de cada um de seus membros com independência do resultado obtido;
- Aceitação do desafio que supõe se opor a outros em situações de jogo sem que ele derive em atitudes de rivalidade.

A valorização e a participação nos jogos são de grande importância para essas crianças, pois fazem com que a mesma também desenvolva as suas atitudes que acaba gerando uma superação.

4.3 – Proposta Pedagógica escolar e a Educação Física

A proposta pedagógica da Educação Física é a análise da inclusão enquanto uma experiência na perspectiva vivenciada na rede física escolar que parte do princípio em que um dos objetivos gerais do Ensino Fundamental é fazer com que a criança através de atividades corporais conheça a si e aos outros e principalmente que respeite as individualidades; nesse sentido os parâmetros Curriculares Nacionais, trás os blocos de conteúdos a serem trabalhados no ensino fundamental segundo os PCNs (1.997) que são esportes, jogos, lutas e ginástica; Atividades rítmicas e expressivas; conhecimento sobre o corpo.

O conhecimento sobre o corpo tem como finalidade através das atividades que dão aos alunos informações sobre o seu próprio corpo, sua estrutura física e interação com o meio social em que vive. Já os esportes, jogos, lutas e variações de ginástica visam transmitir informações históricas sobre as origens, características de cada uma dessas práticas e a importância de valorização. As atividades rítmicas e expressivas são manifestações que combinam expressões e sons, como danças, mímicas e brincadeiras cantadas. Por meio delas o aluno caracteriza diferentes movimentos expressivos, sua intensidade e duração.

A prática dessas atividades não impede que os alunos com necessidades especiais às executem, apesar de suas limitações, pois elas são benéficas a essas crianças, principalmente no desenvolvimento de suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social para futura independência, uma vez que esta prática ajuda esses alunos em todos os aspectos afetivos, psicomotor e sociocultural.

Os “Parâmetros Curriculares Nacionais com relação às adaptações Curriculares: Estratégia para a Educação de alunos com Necessidades Especiais” (1.999) que diz:

“Consistem em adaptações individuais dentro da programação regular, considerando se os objetivos, conteúdos e os critérios de avaliação para responder às necessidades de cada aluno. São exemplos de estratégias adaptativas: Adequar os objetivos, conteúdos, critérios de avaliação, o que implica modificar os objetivos, considerando as condições do aluno em relação aos demais colegas;” (BRASIL, MEC/SEF, 1998^a p. 50)

Se pensarmos em modificar os objetivos e os conteúdos a partir do processo efetivado nas aulas de Educação Física para grupos distintos, iremos cair na mesma que foi dita anteriormente, segregar, ou melhor, integrá-los para fazerem parte do grupo, mas sem que participem das mesmas atividades ou grupo. LINHARES (1.994) Sugere que haja nas aulas de Educação Física uma integração combinada (aulas paralelas), que irão funcionar junto às aulas principais, sendo que dependendo da deficiência dos alunos eles irão se integrando as aulas principais. Assim sendo numa mesma aula os objetivos e os conteúdos serão diferentes para grupos diferentes, é claro que na Educação Física os alunos com necessidades especiais não irão fazer todas as atividades efetivamente, porém como foi observado por (Cruz, 1.997) os alunos segregados não tendem a apresentar nenhuma melhora.

5 – A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA

A avaliação dos alunos com necessidades especiais, nas aulas de Educação Física não pode ser da mesma forma, que dos outros alunos, até mesmo porque esses apresentam várias dificuldades de ordem psíquica, física, motora, sensorial e até mesmo emocional, devido as suas deficiências, e nem sempre estão predispostas a executarem as atividades que as outras crianças. E então a aptidão física que é um dos objetivos a ser avaliado nas aulas, neste caso fica banido. Por outro lado as Adaptações Curriculares (1.999) diz que

“Quanto à promoção ou retenção dos alunos que apresentam necessidades especiais, o processo avaliativo deve seguir critérios adotados aos demais ou adotar adaptações quando necessárias.” (PCN, p. 58).

As novas tendências pedagógicas trazem para os educadores uma forma de melhor aprimorar o seu trabalho, porém parte de um movimento apresentado mundialmente pela UNESCO, “Educação para todos”, sem distinção de raça, cor, origem, ... onde iria se criar direitos e oportunidades educacionais para todos. No Brasil criou-se os PCNs, em seguida, com receios de não atender a essas demandas introduziram outros PCNs: Para pessoas com necessidades especiais e o Indígena, sabendo-se que todos tem direito a Educação, porém para outras concepções diferenciadas.

O papel da Educação Física dentro de uma Educação Inclusiva nos faz refletir que é possível, uma escola inclusiva, porém é preciso querer e estar disposto a modificar a concepção da sociedade e a nossa própria forma de ver o mundo, conforme aponta Glat:

“... Se aproximar desse indivíduo, e entendê-lo com suas especificidades e suas dificuldades individuais – incluindo sua deficiência. E aí sim junto com ele, criar um programa individual de integração que atenda às suas necessidades, possibilidades e desejos. Não podemos carregá-lo no colo, podemos apenas ajudá-lo a percorrer o seu caminho, que no final das contas, será solitário e individual, como o de todos nós.” (GLAT, 1.995, p. 44)

O que é necessário para a Educação Física hoje é auxiliar esses alunos a se desenvolverem, criando para eles uma oportunidade de lazer, prazer e principalmente de bem estar físico e social. (FONSECA,1991)

5.1 – A Educação Física e a Inclusão escolar

O desenvolvimento das atividades de Educação Física deve participar da produção da cultura escolar como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas que cada vez mais possa proporcionar a inclusão social e uma vida saudável para as crianças que delas necessitam produção. (Souza & Vago, 1.997).

Cabe aos professores de Educação Física, investigar, tematizar e problematizar o acervo cultural daquelas atividades que possam desenvolver nos alunos a sua inclusão social.

Nas aulas, os professores de Educação Física, com seus alunos, podem perpetuar e recriar tais práticas e, principalmente, produzir novas práticas corporais, fruindo e usufruindo delas imediatamente nas aulas. Souza & Vago (1.997).

Somente os professores da Educação física poderão criar e recriar práticas que seus alunos mais se adaptem e desenvolvem suas atividades, tanto psicomotoras como corporais, levando sempre o aluno a crescer e se entrosar no grupo levando em conta as suas limitações, pois é função da educação física propiciar a inclusão no espaço escolar. O discurso acerca da inclusão de pessoas com necessidades especiais na escola, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de comunicação etc. Isto não quer dizer que a inserção de todos nos diversos setores da sociedade seja prática corrente ou uma realidade já dada. As políticas públicas de atenção a este segmento, geralmente, estão circunscritas ao tripé educação, saúde e assistência social, sendo que os demais aspectos costumam ser negligenciados. Para a educação física, o sujeito com necessidades especiais é um "aluno especial", cujas necessidades específicas demandam recursos, equipamentos e níveis de especialização definidos de acordo com a condição física, sensorial ou mental. No âmbito da saúde, o mesmo aluno é tratado como "paciente", sujeito a intervenções tardias e de cunho curativo, enquanto no campo da assistência social ele é um "beneficiário" desprovido de recursos essenciais à sua sobrevivência e sujeito a formas de concessão de benefícios temporários ou permanentes de caráter restritivo. O que se observa, nestes setores, são ações isoladas e simbólicas ao lado de um conjunto de leis, projetos e iniciativas insipientes e desarticuladas entre as diversas instâncias do poder público. Em todos os casos, percebemos uma concepção de sujeito fragmentado, incompleto sem a necessária incorporação das múltiplas dimensões da vida humana.

5.2. A Educação Física e a diversidade

Para muitos, aulas de Educação Física é fonte de prazer e alegria, sempre bem esperada dentro do período na escola. A partir dessa característica, a Educação Física pode contribuir com o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais na escola regular. Seus conteúdos e objetivos próprios contribuem para o melhor desenvolvimento da criança nos aspectos motor, cognitivo, afetivo e social. Afinal, “desenvolver a motricidade não é apenas apresentar maior rendimento em determinadas habilidades (...); bem mais que isso, significa adquirir melhores recursos para se relacionar com o mundo dos objetos e das pessoas” (FREIRE, 1989, p. 56).

Por desconhecimento, receio ou mesmo preconceito, a maioria das pessoas com necessidades especiais foram e são excluídas das aulas de Educação Física (EF). A

participação nessa aula pode trazer muitos benefícios a essas crianças, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento das capacidades afetivas, de integração e inserção social. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997).

As escolas especiais na inclusão de alunos com necessidades especiais, como as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), dividem a EF em: EF Escolar para o Ensino Fundamental e Educação Profissional para os Ciclos de:

- EF Escolar para a Educação Infantil (0 a 6 anos) 1ª fase;
- Escolarização Inicial (7 a 14 anos) 2ª fase;
- Escolarização e profissionalização (acima de 14 anos) 3ª fase.

A formação de turmas para o atendimento em Educação Física, proposta pela APAE Educadora (projeto escolar), deverá observar, além da idade cronológica do aluno para a inserção nas respectivas fases, o seu padrão funcional que é a capacidade de compreensão dos estímulos e de execução dos movimentos propostos. (TIBOLA, 2001, apud GORGATTI; COSTA, 2005).

Estimulação motora; desenvolvimento do sistema motor global por meio da estimulação das percepções motoras, sensitivas, e mental com experiências vividas do movimento global; desenvolvimento dos movimentos fundamentais. (MEDINA, 1987)

Estimulação das habilidades básicas; melhoria da educação e aumento da capacidade de combinação dos movimentos fundamentais; desenvolvimento de atividades coletivas, visando à adoção de atitudes cooperativas e solidárias sem discriminar os colegas pelo desempenho ou por razões sociais, físicas, sexuais ou culturais.

Estimulação específica e iniciação esportiva; aprendizagem e desenvolvimento de habilidades específicas, visando à iniciação esportiva; treinamento de habilidades esportivas específicas, visando à participação em treinamento e competições.

Entende-se que na EF Adaptada deve ser mantida a integridade das atividades e promovida a maximização do potencial individual, uma vez conhecidas às metas do programa, convém modificá-las, apenas quando necessário, sempre respeitando as metas previamente determinadas, assegurando que as atividades sejam um desafio à todos os participantes e, sobretudo, que seja valorizada a diferença. (GORGATTI; COSTA, 2005).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 85) citam que: A Educação Física para alcançar todos os alunos deve tirar proveito dessas diferenças ao invés de configurá-las como desigualdades. A pluralidade de ações pedagógicas pressupõe que o que torna os alunos diferentes é justamente a capacidade de se expressarem de forma diferente.

O processo de ensino aprendizagem, a respeito dos conteúdos escolhidos deve considerar as características dos alunos em todas as suas dimensões (cognitivas, corporais, afetiva, ética, estética, de relação inter pessoal e inserção social). Não se restringe a simples exercícios de certas habilidades corporais e exercê-las com autonomia de maneira social e culturalmente significativa.

Para Gorgatti e Costa (2005), é importante focalizar o desenvolvimento das habilidades, selecionando atividades apropriadas, providenciando um ambiente favorável à aprendizagem encorajando a auto-superação, a todos os participantes da EF Adaptada.

Posiciono-me da mesma forma que os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), quando ele diz que a EF deve oportunizar a todos os alunos, independente de suas condições biopsicossociais, o desenvolvimento de suas potencialidades de forma democrática e não seletiva, visando o seu aprimoramento como seres humanos. Nesse sentido, cabe assinalar que os alunos com necessidades especiais não podem ser privados das aulas de EF.

E assim, a EF faz parte de um processo de educação do ser humano, e, se bem trabalhada e administrada, poderá surtir efeitos benéficos para os praticantes, bem como para a sociedade.

6 - A AVALIAÇÃO DO ENSINO E DA APRENDIZAGEM DENTRO DO CONTEXTO DA INCLUSÃO ESCOLAR.

A avaliação do escolar também precisa sofrer mudanças para se ajustar às características de um ensino para todos. Esta é uma barreira bastante difícil de ser transposta, porque a avaliação tem sido um instrumento de poder da escola. É evidente que os sistemas escolares que avaliam comparativamente os seus alunos e que se apóiam em tarefas predefinidas e aplicadas exclusivamente para contabilizar o que o aluno aprendeu dos conteúdos curriculares, constituem um grande obstáculo à concretização dos objetivos da inclusão escolar.

Na maneira tradicional de avaliar cobram-se dos alunos os ensinamentos que o professor lhes transmite. Na concepção inclusiva, avalia-se a aprendizagem pelo percurso do aluno no decorrer do tempo de um ciclo de formação e de desenvolvimento. Leva-se em conta o que ele é capaz de fazer para ultrapassar suas dificuldades, construir conhecimentos, tratar informações, organizar seu trabalho e participar ativamente da vida escolar. Considera-se o

sucesso do aluno a partir dos seus avanços em todos os aspectos do seu desenvolvimento. Esse progresso é registrado em um *dossiê*, que constitui a vida escolar desse aluno.

Nesse contexto, o tempo de aprender é o tempo de cada aluno; dispensam-se notas e conceitos pois o que importa é o registro fiel do aproveitamento dos alunos, que vai sendo conhecido dos professores do ciclo que o aluno está cursando e de outros dos ciclos mais avançados. Professores e alunos se auto-avaliam rotineiramente, acompanham e compartilham o desenrolar dos processos de ensino e de aprendizagem, regulando-os e monitorando-os, passo a passo.

Para se ensinar a turma toda, independente das diferenças de cada um dos alunos, é preciso passar de um ensino transmissivo para a pedagogia ativa, dialógica, interativa, que se contrapõe a toda e qualquer visão unidirecional de transferência unitária, individualizada e hierarquizada do saber.

A possibilidade de se ensinar a todos os alunos, sem discriminação e sem métodos ou práticas de ensino especializados, deriva de uma reestruturação do Projeto Pedagógico –Escolar como um todo e das reformulações que esse projeto exige da escola a fim de que esta se ajuste a novos parâmetros de ação educativa. Não se pode encaixar um projeto novo em uma velha matriz de concepção do ensino escolar (SEE/MG, 2.004)

6.1 -A Avaliação Formativa e a Inclusão

A avaliação pode ser uma grande aliada do professor na busca da melhoria do ensino. Acompanhando o processo de aprendizagem dos alunos o professor tem condições de verificar o seu próprio processo de ensino. Esse acompanhamento deve ser contínuo e formativo, estando presente na realização de todas as atividades desenvolvidas em sala de aula e na escola.

“A seleção dos alunos, sobre a função social da escola, sobre o currículo e o processo ensino-aprendizagem. Segundo o autor a avaliação é um instrumento de formação em vez de um instrumento de seleção. A avaliação formativa permite conduzir uma ação pedagógica diferenciada, adaptada às características dos alunos. Ao tratar estas duas questões fundamentais, o autor aborda vários aspectos psicopedagógicos e sociológicos da avaliação formativa, não só de um ponto de vista conceptual, mas também ao nível da prática pedagógica. Professores e investigadores encontrarão nesta obra um confronto de concepções diversas e o inventário de problemas a resolver. (Perrenoud 1999)

O desenvolvimento do educando pressupõe o desenvolvimento das diversas

facetas do ser humano: a cognição, a afetividade, a psicomotricidade e o modo de viver. Cada sujeito criança, jovem, ou adulto se educa no processo social como um todo; na trama das relações familiares, grupais, política etc. A educação é o meio pelo qual a sociedade se reproduz e se renova cultural e espiritualmente, com conseqüências materiais. A sociedade necessita reproduzir-se para manter o estágio de desenvolvimento para atender às necessidades e aos desafios emergentes. A educação nas suas diversas possibilidades, serve à reprodução também à renovação da sociedade.

Assim sendo, desenvolvimento do educando significam a formação de suas convicções afetivas, sociais, política; significa o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas e habilidades psicomotoras; enfim, sua capacidade e seu modo de viver. A educação escolar é uma instância educativa que trabalha o desenvolvimento do educando, estando atenta as capacidades cognitivas sem deixar de considerar significativamente a formação das convicções. Junto com o desenvolvimento dão-se também as formações múltiplas convicções assim como de habilidades motoras. A escola por meio da avaliação formativa trabalha e desenvolve o educando, fazendo com que este assimile os conhecimentos. Os conteúdos culturais adquiridos na escola são fundamentais para que as novas gerações assimilem o legado da humanidade, assim como serve de meio para a formação das convicções sociais e para o desenvolvimento das capacidades cognitivas, uma vez que o desenvolvimento do educando não vai do individual para o social, mas sim do social para o individual. O desenvolvimento se processa com a internalização das experiências sociais. Assim a avaliação ao ser trabalhada na escola fortalece o processo de inclusão social pois para a avaliação formativa cada aluno é diferente, mas se interage no meio, não discriminando-o, mas respeitando as diferenças de cada um.

Para que a avaliação sirva à aprendizagem é essencial conhecer cada aluno e suas necessidades. Assim, o professor poderá pensar em caminhos para que todos alcancem os objetivos. *O importante, não é identificar problemas de aprendizagem, mas necessidades.* (LUCKESI, 1995)

6.2- O professor e a prática avaliativa

O professor está cada vez mais comprometido com o ato avaliativo. Ora pelas investigações, ora pelo que vê, ora por não buscar ver. Pareyson que "*se pode olhar sem ver e procurar sem encontrar, mas não encontrar sem procurar nem ver sem ter olhado*". Não é de

hoje que existe o modelo de avaliação formativa. A diferença é que ele é visto como o melhor caminho para garantir a evolução de todos os alunos, uma espécie de passo à frente em relação a avaliação conhecida como somativa. O professor deixa de ser aquele que passa as informações para virar aquele que trabalha de acordo com as necessidades dos alunos, sejam eles jovens, velhos ou crianças ele passa a modificar sua prática avaliativa de acordo com a necessidade do aluno, não em grupo, mas individual. Na prática, por exemplo, ocorria o seguinte; a média bimestral era enriquecida com os pareceres. Em lugar de provas, o professor utilizava a observação diária, multidimensional e instrumentos variados, escolhidos de acordo com cada sujeito. O professor ao adotar o uso da avaliação formativa ele não visa punir o aluno, mas sim formá-lo para a vida. Pois a avaliação formativa prevê que os estudantes possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes. Por isso, o mestre diversifica as formas de trabalho na turma. Esta avaliação formativa após encontrar dificuldades na aprendizagem do aluno, vai modificar sua prática e criar novos caminhos para que esses que apresentam certas dificuldades possam superá-las e sentirem-se vencedores. Enquanto não nos depararmos com obstáculos, realizamos muitas coisas sem estarmos conscientes do que estamos fazendo.

São as dificuldades que despertam a consciência dos sujeitos sobre sua ação que tornam possíveis clarificá-la e compreendê-la. Mas ao mesmo tempo, ao tomar-se consciente de uma ação, altera-se a disposição original dos elementos da ação, relacionando-se a tomada de consciência intimamente aos conteúdos de nossa consciência, entrando eles em permanente contradição com as novas conceituações e representações que estão sendo construídas. (Jean Piaget 1978)

Hoje o processo avaliativo, mostra o quanto é difícil para o professor dar se conta de tais implicações. Dar-se conta de que o seu olhar é comprometido, e que muitas vezes acredita observar aquilo que na verdade "entende" ou "pretende" observar, na medida em que seu olhar é permeado de concepções teóricas e posturas de vida mesmo que persiga uma valoração imparcial, precisa e padronizada, como um agente passivo de um sistema burocrático a priori estabelecido, ele se denuncia ao avaliar, pela releitura própria do que vê a partir de concepções de mundo, de educação, e do saber sobre uma disciplina ou área de conhecimento. "Porque cremos que a visão se faz em nós por fora e, simultaneamente, se faz de nós para fora, olhar é, ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo para dentro de si. Porque estamos certos de que a visão depende de nós e se origina em nossos olhos, expondo nosso interior ao exterior, falamos em janelas da alma". (Chauí.1955)

6.2.1- Concepções de Educação e a prática avaliativa na Inclusão Social.

A avaliação formativa faz a diferença entre os erros gritantes da tradição escolar no processo de aprendizagem, o simples engano ou desconhecimento, - trabalha com a idéia de que a ausência de erros na tarefa escolar é a manifestação da aprendizagem. Hoje, graças ao avanço da investigação científica na área de aprendizagem, tornou-se possível interpretar o erro como algo inerente ao processo de aprendizagem e ajustar a intervenção pedagógica para ajudar a superá-lo. Se nos situarmos na primeira perspectiva, ou seja, se assumirmos que educamos para atender às futuras exigências da escalada social (exames, vestibulares, disputa pelo mercado de trabalho), correremos o risco de empenhar toda a nossa luta na garantia de padrões de eficiência baseados em parâmetros externos e formais, restringindo nosso campo de atuação. E essa posição se refletirá na nossa postura diante dos processos de ensinar e aprender, diante do conhecimento e da avaliação.

“A forma de agrupamento dos alunos é outro aspecto que pode potencializar a aprendizagem e a avaliação formativa. Os grupos em classes móveis em vez de classes fixas - possibilitam a organização diferenciada ao trabalho pedagógico e uma maior personalização do itinerário escolar do aluno. Projetos de trabalho também permitem que a turma assuma configurações diferentes, em momentos diferentes de acordo com o interesse e para atendimento as necessidades de aprendizagem (MG/SEE Dicionário do Professor, 2001)

O ensino ocupará lugar de destaque na ação pedagógica e se limitará às mesmas aulas, aos mesmos textos, às mesmas orientações, às mesmas atividades, ao mesmo tempo, ao mesmo ritmo para todos, ensino regular, uniforme, voltado para a transmissão de conhecimentos estatísticos e pré-fixados. As diferenças dos resultados de aprendizagem serão atribuídas tão somente ao esforço e à competência de cada aluno. Ao final do processo, destacaremos os melhores, os bons, registrando o sucesso de alguns e o fracasso de outros.

Mas se nos situarmos na segunda perspectiva, se assumirmos que educamos para desenvolver a compreensão e a capacidade de ação e transformação do real, se vir diante de nós o cidadão real, já imerso na vida social e não a figura abstrata e impessoal do "aluno", do "vestibulando", do "candidato" a concursos e seleções, necessariamente olharemos de um lugar muito mais amplo todo o processo que se desenvolve na escola.

Descobriremos diante de nós um ser humano pleno de possibilidades, projeto que vai sendo construído numa rede de interações em que a experiência escolar desempenha papel

importante, mas não exclusivo projeto em desenvolvimento que não pode ser freado por perspectivas imediatistas, formais e excludentes.

6.2.2 Concepções de conhecimento e a prática avaliativa

A abordagem dos conhecimentos científicos, a avaliação, as estratégias de ensino e aprendizagem, a organização escolar, tudo se redimensionará em função da prática avaliativa. Tudo o que comprometer essa formação, tudo o que caminhar contra o crescimento, contra a aprendizagem de todos será banido da escola, porque a escola será vista como o lugar de aprender e não de classificar, lugar de incluir e não de excluir. Isso significa, na prática, aumentar o nível de exigência na escola: que todos aprendam, desenvolvam-se efetivamente e nas aulas de educação física estas práticas avaliativas ocorrem verdadeiramente..

A "aplicação avaliação educativa" estão sendo profundamente criticados e debatidos. O empenho na busca de outro modelo aparece paralelo às mudanças de algumas práticas e inovações educativas não muito claras ou com rumor de meritocracia. Alguns setores procuram aperfeiçoar o sistema proposto pela atual política educativa e aplicá-los nos "segmentos intervenientes do processo educativo", outros buscam alternativas a um modelo que começa a manifestar ou provocar distorções pedagógicas profundas. Nos últimos anos emergiu, inclusive, uma particular preocupação pelos índices resultantes das avaliações, desde que ajudam a sustentar algumas resoluções financeiras da área educativa. Paralelo ao auge dos "modelos de avaliação aplicados no sistema formal de educação" Percorridos desde a avaliação da aprendizagem que respondia à pedagogia por objetivos, quando se avaliavam os objetivos atingidos, passando pelo nível de feedback do aluno com os materiais até a reviravolta educativa da década de 1990, preocupada por avaliar a eficiência e qualidade total. Avaliar, em alguns "modelos educativos", significou controle, fiscalização, meritocracia, objetivos a atingir, produtos, eficiência, eficácia e mais desenvolvimento profissional e educação. A própria prática de trabalho com professores de 1º e 2º grau possibilitou uma ação e compreensão do que deveria ser entendido por avaliação educativa. A avaliação formativa e continuada consiste em uma prática educativa contextualizada, flexível, interativa, presente ao longo do curso, de maneira contínua e dialógica (Freire,1975). Se avaliar interna e/ou externamente o conteúdo, seu tratamento, a dinâmica da tarefa, o empenho da própria experiência na ação colaborativa, a relação da temática com a própria prática, a aprendizagem

antecipada por simulações, a pertinência epistemológica dos tópicos abordados, o nível de interatividade, as ferramentas e materiais de maneira integral e não separadamente. Possibilitando, ainda, a participação dos alunos na avaliação e co-avaliação entre pares além da auto/heteroavaliação. A combinação com a triangulação dos dados obtidos dos relatórios das práticas educativas do professor, do aluno e de observador participante, ainda, é possível. A avaliação educacional, entendida como inserida em um projeto político pedagógico, postula a autonomia e a cooperação como princípios básicos da educação. , Ensino é a Transmissão de conhecimentos, informações ou esclarecimentos úteis ou indispensáveis à educação. O ensinar interpenetra-se com o aprender, num movimento de partilha, de troca, de ir e vir, traduzindo-se na criação de possibilidades de aprender.

6.3- A Teoria das Inteligências Múltiplas

Existem contradições quanto à dimensão da inteligência. Há quem acredite numa capacidade única e considere o intelecto um todo. Outros pensam na multiplicidade de capacidades e funções do intelecto, visto fragmentado. Vê-se inteligência como privilégio de alguns, ou como característica comum a todos. Os estudos sobre inteligência procuraram definir-lhe o conceito, mas ao testarem e avaliarem as capacidades dos indivíduos, padronizaram-nos e rotularam-nos.

Mais recentemente, autores procuram mudar a visão única, imutável e divinizada da inteligência e romper com a testagem e a avaliação que enriquecem a idéia de que inteligência é privilégio de alguns e não pode ser desenvolvida. Destaca-se Howard Gardner, que estuda as psicologias cognitivas e do desenvolvimento, autor da *Teoria das Inteligências Múltiplas*. A opção deste trabalho pela *Teoria* decorre de defender as múltiplas capacidades, viabilizando o conceito de inteligência inclusive àqueles socialmente considerados incapacitados. A Teoria contribui com o respeito ao ser humano em sua individualidade, mostra uma maneira mais democrática e justa de aprendizagem e desafia a concepção clássica de inteligência e os padrões de testagem que marginalizam e excluem alunos avaliados como incapazes nesses padrões.

Gardner diz que todos nascem com potencial biológico para o desenvolvimento de inteligências, apesar da dimensão alcançada só ser satisfatória segundo os estímulos recebidos. Que à parte o potencial inato, “intervenções e treinamento precoce persistentes

podem desempenhar um papel decisivo na determinação do nível final de desempenho do indivíduo. Se um comportamento particular é considerado importante por uma cultura, se consideráveis recursos são dedicados a ele, se o próprio indivíduo está motivado a operar nesta área e se os meios próprios para a cristalização e a aprendizagem são colocados à disposição, quase todo indivíduo normal pode atingir uma competência impressionante em um domínio intelectual ou simbólico. De forma oposta, e talvez mais obviamente, até mesmo o indivíduo mais inatamente talentoso naufragará sem algum ambiente apoiador positivo. A descoberta do perfil intelectual inerente de um indivíduo - que acredito possível- não precisa servir, então, como meio de classificar o indivíduo ou de consigná-lo a uma lixeira intelectual; ao contrário, tal descoberta forneceria um meio para assegurar que todo o indivíduo tenha à sua disposição tantas opções quantas possíveis para atingir a competência em quaisquer campos que ele e sua sociedade considerem importantes. (1994, p.243).”

O autor considera que uma intensiva intervenção nos primeiros anos de vida da criança é crucial para seu desenvolvimento. Pode fazer com que várias crianças atinjam um nível promissor, de grande destaque numa habilidade, e talvez auxilie as que apresentem dificuldades ou prejuízos em alguma capacidade. A visão limitada e única da mente pode desperdiçar talentos por não se encaixarem nos padrões testáveis de inteligência. Incalculável o potencial humano perdido em escolas que privilegiam certas capacidades e não revelam talentos. Perde a comunidade, que deixa de contar com pessoas qualificadas para ocupar papéis importantes ou produzir para a sociedade.

Constrói-se a base da Teoria das Inteligências Múltiplas: indivíduos que têm perfis intelectuais diferentes e apresentam múltiplas capacidades em áreas do conhecimento, combinadas entre si, resultam numa forma particular de resolver problemas ou criar produtos válidos numa sociedade. A escola deve voltar-se para o aluno e avaliar seu perfil intelectual de modo que ele possa expressar capacidades e fraquezas por diferentes meios, oferecendo-lhe oportunidades para desenvolver habilidades de acordo com as características que apresenta.

Gardner reitera que na maioria das sociedades a escola tem papel fundamental na formação da inteligência, por ser valorizada culturalmente como espaço de oportunidades de aprendizagem em que a inteligência se revelará. Além da escola, valores sociais e conteúdos considerados necessários à sobrevivência da cultura são determinantes na definição de inteligência por uma sociedade.

A *Teoria das Inteligências Múltiplas* rompe com o tradicionalismo da educação. Torna-a direito de todos, com igualdade de oportunidades e respeito à individualidade. Não é salvadora; abre caminhos para uma direção a ser tomada. O autor esclarece que as várias competências devem ser educadas, pois na vida não são usados somente conteúdos escolares, “a vida consiste em mais do que o desenvolvimento de combinações particulares de inteligência para propósitos educacionais específicos” (GARDNER, 1994, p.278).

Gardner critica o sistema avaliativo da escola tradicional, pelos testes que medem principalmente capacidades de raciocínio lógico-matemático e habilidades lingüísticas. Importa-lhe observar como são desenvolvidas capacidades para resolver problemas. Uma pessoa com boas capacidades matemáticas e lingüísticas provavelmente terá ótimos resultados em testes tipo QI e conseguirá vaga em boa universidade, mas sua vida será regida pela habilidade de usar outras inteligências.

A escola que Gardner propõe busca o entendimento: a capacidade de aplicar o conhecimento adquirido na situação em que é relevante. O objetivo do aluno é combinar suas capacidades e habilidades para solucionar tarefas. Contrariamente, o que se percebe nas crianças é a falta de compreensão de conteúdos, mesmo nos “bons alunos”. A maioria é incapaz de aplicar o conhecimento em situações fora do ambiente escolar. Talvez porque o ensinado na escola não se aplique a situações cotidianas, ou porque a forma de ensinar não permita transferência para a realidade; ou porque se confunde desempenho com entendimento. A *compreensão genuína* não é buscada ou estimulada na escola, que se contenta com desempenhos avaliados como entendimento. GARDNER comenta que “entretanto, num exame mais detalhado, fica claro que os entendimentos só podem ser apreendidos e apreciados se forem desempenhados por um aluno” (1995, p.165).

Gardner argumenta por um sistema avaliativo justo com a inteligência, que respeite o ser humano na individualidade, em vez de enquadrá-lo em padrão preestabelecido. Para que se identifique o homem como mais humano, com potencial indescritível para realizações em favor dos homens. Para que o planeta sobreviva e a convivência seja crescentemente tolerável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa pode ser verificado que a inclusão por meio da Educação física é um desafio, que ao ser encarado da forma devida, dentro dos pressupostos da inclusão social, e as experiências inter-pessoais nas aulas de educação física contribuem para uma melhoria na qualidade do ensino, para os alunos com e sem necessidades especiais, pois está alicerçada em valores que vão ao encontro a uma formação integral do aluno.

Discutir a inclusão dentro do contexto escolar e buscar respostas educativas para solucionar problemas das experiências inclusivas na sala de aula, e desempenho escolar dos alunos é mais do que uma revisão dos limites que separam as modalidades regular e especial de ensino escolar. Envolve novos valores e atitudes pessoais e profissionais, que se choca com a cultura tradicional das escolas, inclusive com a nossa maneira de conceber as pessoas excluídas.

Foi visto ainda que para a promoção da inclusão escolar seja indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando métodos e práticas de ensino escolar adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos alunos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem necessidades especiais, mas sem discriminações, e a educação física consegue resolver toda essa problemática sem constranger se quer o seu aluno.

A realização deste trabalho trouxe conhecimentos importantes sobre o que é uma educação inclusiva na Educação física e as estratégias utilizadas pelos professores, como é importante a implementação da inclusão escolar, mas deixou aberta uma lacuna de que ainda falta muito para que todos os paradigmas sejam quebrados e que a educação plena e sem barreiras possa acontecer. É preciso uma tomada de consciência em sentido amplo, para se romper os impasses e efetivar as disposições já garantidas por lei, pois a inclusão por meio da Educação física só trás vantagens e benéficos para os alunos e a escola.

A visão limitada e única da mente pode desperdiçar talentos por não se encaixarem nos padrões testáveis de inteligência. Incalculável o potencial humano perdido em escolas que privilegiam certas capacidades e não revelam talentos. “A base da Teoria das Inteligências

Múltiplas: indivíduos têm perfis intelectuais diferentes e apresentam múltiplas capacidades em áreas do conhecimento distintas”.

Assim sendo, a prática da educação física imersa do contexto escolar se utilizada de forma clara e transparente ela agrega e não segrega como algumas outras disciplinas no ambiente escolar, uma vez que a educação física testa e acredita em todas as potencialidades do indivíduo.

- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação Lúdica. Técnicas e Jogos Pedagógicos**. 10ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares: Convívio Social e Ética - Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF. Versão preliminar julho/1996.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetros Curriculares: Convívio Social e Ética - Pluralidade Cultural. Brasília: MEC/SEF. Versão preliminar julho/1996.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: Educação Física/Secretaria de ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- CECCON, V. Escola da Vida e Vida na Escola, Petrópolis, Ed. vozes, 1993.
- CHATEU, J.O Jogo e a Criança, São Paulo, Ed.Summus,1987.
- CRUZ,G.Classe Especial e Regular no contexto da Educação Física: Segregar ou Integrar?, Londrina, Ed UEL, 1997.
- DE MARCO, A. Pensando em Educação Motora, Campinas, Ed.Papirus, 1995.
- FONSECA, V. Educação Especial, Porto Alegre, Ed. Artes Médicas,1991
- FREIRE, Paulo In: LUDKE Menga & MEDIANO, Zelita. *Avaliação na escola de 1º Grau*. Campinas: Papirus, 1992.
- GLAT, R. Integração Social dos Portadores de Deficiência:Uma Reflexão, Rio de Janeiro, Ed. Sette Letras,1998.
- JIMÉNEZ, J. Psicomotricidad y Educación Física 184 Sesiones Prácticas para Educación Especial Infantil y Primaria, Madrid, Ed.Visor, 1998.
- LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL Nº 9394/96.
- LINHARES, P. Fundamentos Psicoevolutivos de la Educación Física Especial, Granada, Ed.Universidad de Granada, 1994.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Avaliação educacional: pressupostos conceituais*. In: Tecnologia Educacional. São Paulo: Cortez. 1995.
- MEDINA,J. Educação Física Cuida do Corpo e da Mente, São Paulo, Ed.Papirus,1992.
- NOVA ESCOLA, As Novidades da Educação Física, Edição nº 134, 2000

- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: ADAPTAÇÕES CURRICULARES, Brasília: MEC/SEF/SEESP,1999
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, Brasília: MEC/SEF,1997.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS-GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS- AS INTELEIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – ROMEU KAZUMI SASSAKI, BELO HORIZONTE-MG NOVEMBRO DE 2001.
- SEYBOLD, A .Educação Física Princípios Pedagógicos, Rio de Janeiro, Ed. Ao Livro Técnico, 1994.

GLOSÁRIO

1.1 – DEFINIÇÃO DE TERMOS

Inclusão – A inclusão é consequência de uma escola de qualidade, isto, é, uma escola capaz de perceber cada aluno como um enigma a ser desvendado. O que percebe é que a criança com necessidades especiais, na escola inclusiva hoje denuncia a falência do sistema escolar, e a má gestão escolar. O que se verifica é que os professores não sabem o que fazer, o que denuncia uma formação continuada inadequada ou inexistente do professor; outro ponto de dificuldade é a falta de relacionamento da escola com a família, a escola ainda encontra-se muitas vezes fechada á comunidade para discussão da perspectiva inclusiva. Essas entre tantas outras situações inadequadas no sistema brasileiro escolar, tem representado apenas a abertura das portas das escolas para educação inclusiva. Acreditamos que isto é muito pouco embora signifique uma nova atitude. Dentro deste contexto observa-se que muitas pessoas com necessidades especiais vivem em forma de isolamento social, pois vivem dentro da estrutura familiar e estas costumam segregá-los, fazendo com que eles fiquem esquecidos, ao invés de incluí-los. A crítica ao sistema de ensino brasileiro, é que o princípio da integração é utilizado, mas para constituir classes especiais em escolas regulares, ou seja, apóia-se a educação inclusiva, mas as crianças com necessidades especiais e as ditas normais continuam excluídas das oportunidades de integração, convivência e inclusive de afeto.

Recreação – A recreação é o fato, ou o momento, ou a circunstância que o indivíduo escolhe espontânea ou deliberadamente, através do qual ele satisfaz (sacia) seus anseios voltados ao seu lazer (CAVALLARI & ZACHARIAS, 2001, p. 15).

Lúdico – Não há muitas divergências torno da conceituação do termo lúdico. Para ALMEIDA (2.000), o lúdico é “relativo a jogos, recreações, diversões”.

Segundo definição encontrada no Aurélio (2.002) : Lúdico – Relativo a jogos, brinquedos e divertimentos. Nesse sentido, vê-se que o termo lúdico está relacionado aos jogos, às brincadeiras e atividades recreativas, podendo ter diversas aplicações práticas.